



Número: **0844757-56.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO PEREIRA (AUTOR)		GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEICAO (ADVOGADO)	
Bradesco Seguros S/A (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63683309	10/12/2020 15:17	2602984_MANIFESTACAO_SOBRE_DOCS_02	Petição



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08447575620178205001

BRDESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO PEREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Conforme se observa pelo documento o perito atestou sequela em grau residual:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>CRÂNIO-FACIAL</u>	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

DA AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE – AUSENTE EFETIVA LIMITAÇÃO FUNCIONAL - DOR

Contudo, conforme se observa no laudo produzido o Ilustre expert sinalizou a ocorrência de invalidez permanente, fundado no fato de que a vítima “refere cefaleia recorrente”:

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitiva presentes no patrimônio físico da Vítima.

CONTINUA ASSIMETRIA DO GLOBO CERVICAL

ASSIMETRIA DO GLOBO CERVICAL

ASSIMETRIA DO GLOBO CERVICAL

V) Em virtude da evolução da lesão, e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar.

Ocorre que, o laudo não apresenta efetiva invalidez, já que apenas indica que a vítima alega sentir dor de cabeça, o que não caracteriza uma invalidez, já que essa dor não lhe causa restrições, sendo certo que não há indicação de qualquer limitação advinda desta dor no laudo em questão.

Assim, em que pese tenha sido sinalizado pelo perito, esta sequela não se enquadra como invalidez para fins de indenização, dado o caráter subjetivo, bem como assimetria sinalizada é mero dano estético o que também não acarreta limitação funcional, inexistindo cobertura para a invalidez apontada.



Portanto, é cristalino que, o laudo não atendeu aos critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, devendo ser julgados improcedentes os pedidos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 8 de dezembro de 2020.

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 10/12/2020 15:17:37
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121015173785900000061034614>
Número do documento: 20121015173785900000061034614